

PASTORAL DA Terra

MEGA PROJETOS

Concessões de
infraestrutura despertam
temor em comunidades
do campo **P4**

DEMOCRACIA

Em 'vale-tudo' por
governabilidade, Reforma
Agrária e outras reivindicações
ficam de fora do jogo eleitoral **P5**

JANEIRO A MARÇO DE 2026 | Nº 270 | ANO 51 | WWW.CPTNACIONAL.ORG.BR | f @ y t @CPTNACIONAL



Comunidade Santo Ezequiel Moreno - Portel - Marajó/PA / Foto: Carlos Henrique Silva

HABITAÇÃO E FLORESTA

Fraternidade e Moradia na Amazônia

Reunindo quase metade das favelas e comunidades urbanas mais populosas do país, a região vivencia o desafio de territórios nas periferias das capitais marcados pela urbanização acelerada, infraestrutura precária, violência pública e degradação ambiental. **P. 8 e 9**

DA REDAÇÃO

EDITORIAL

Firmes no caminho: só a luta faz valer!

Companheiros e companheiras de luta, iniciamos o ano de 2026 na certeza de que, adiante, teremos empreitadas e desafios dignos da nossa atenção: o contexto é de aumento do número de concessões a projetos de infraestrutura de portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, rodovias e de mineração, além das disputas eleitorais, que prometem marcar o segundo semestre deste ano – mas que, jamais, nos farão esmorecer.

Por outro lado, para além das denúncias, é, para nós, grande motivo de júbilo o anúncio das vitórias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, povos indígenas e quilombolas já há três meses do

início de 2026. Temos a felicidade de noticiar, na edição nº 270 deste jornal – em meio a tantas outras conquistas que não couberam nas 16 páginas –, que 21 famílias camponesas tomaram posse de terras na Fazenda Antas – hoje, o Projeto de Assentamento Agroextrativista Elizabeth Teixeira, na Paraíba; Além disso, ainda em janeiro, Salvador (BA) foi palco do 14º Encontro Nacional do MST, em que cerca de três mil militantes debateram as diretrizes e rumos do movimento, além da conjuntura agrária, política e econômica brasileira.

Na primeira edição do ano, também reforçamos a importância do Dia Interna-

cional da Mulher, celebrado em 8 de março, que – nestas páginas – recebem o nosso apreço e homenagem com o anúncio de um documentário que narra a potência das vozes femininas, camponesas e ceradeiras acompanhadas pelo projeto “Gênero e Biodiversidade”. Quem lê o jornal ainda confere, na Galeria, uma arte de homenagem às mulheres do campo, das águas e das florestas, que, diariamente, estão na lida do cuidado com a terra, a autonomia dos territórios e dos próprios corpos, mentes e decisões.

Por fim, recordamos a Campanha da Fraternidade de 2026, motivada pela Pastoral da Moradia e Favela,

cujo tema é “Fraternidade e Moradia” e o lema, “Ele veio morar entre nós” (João 1,14)”. Nesse sentido, voltamos as atenções para a problemática da moradia digna na Amazônia, que vivencia desafios diários de violência, degradação ambiental e crescimento urbano desenfreado.

As denúncias e os anúncios que preenchem as páginas dessa edição são a expressão da sabedoria popular cantada com *esperançar* por camponeses e camponesas desde seus territórios: “não adianta inventar outros caminhos... nossos direitos só a luta faz valer!”.

Desejamos a você uma boa leitura!

PUBLICAÇÕES



Divulgação

Relatório Final do GT Sales Pimenta

Este relatório final, apresentado no final de 2025 no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reúne um diagnóstico aprofunda-

do sobre a violência contra defensores de direitos humanos de trabalhadores rurais, as causas da impunidade estrutural e um conjunto de recomendações e ações voltadas à atuação dos diversos órgãos públicos do sistema de justiça. O documento cumpre uma decisão da sentença de condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), após denúncia da CPT e Cejil, diante da impunidade e lentidão da justiça no caso do assassínio do advogado Gabriel Sales Pimenta. Baixe o relatório no site do CNJ: cnj.jus.br.



Divulgação

Manual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais das Comunidades do Cerrado

Lançado durante a COP do Povo em Belém/PA, este manual é construído a partir de experiências e saberes ancestrais das populações

tradicionais, que estão na linha de frente da conservação, e mostra estratégias de manejo integrado do fogo, prevenção, combate às chamas e restauração de áreas afetadas, em contraponto ao avanço dos incêndios criminosos. A iniciativa conta com dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lasa/UFRJ), além dos dados de conflitos registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc/CPT). O material está disponível gratuitamente no site: agroefogo.org.br, na página ‘Materiais’.



PASTORAL DA Terra

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Secretaria Nacional
Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel,
1º andar, Centro, Goiânia, Goiás
CEP: 74030-090
Fone: (62) 4008-6466
Fax: (62) 4008-6405
www.cptnacional.org.br
comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom José Ionilton

Vice-Presidente
Dom Silvío Guterres

Coordenadores Nacionais
Carlos Lima
Cecília Gomes
Maria Petronila Neto
Ronilson Costa

Redação
Carlos Henrique Silva (5197/PE)
Everton Antunes
Heloisa Sousa (4499/GO)
Júlia Barbosa (4505/GO)
Rede de Comunicadores/as da CPT

Jornalista responsável
Everton Antunes

Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.

Diagramação
Refile Editorial
@refileeditorial

Assinaturas
Anual R\$ 30,00 Solidária R\$ 50,00
Dados para depósito ou transferência:
Caixa Econômica Federal
Agência 2234
Conta 578974105-0
CNPJ 02.375.913/0001-18
Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741 050C 1
SWIFT CEFXBRSP
Pix: 02.375.913/0001-18
Contato:
sustentabilidade@cptnacional.org.br

Razão Social
Comissão Pastoral da Terra

CNPJ / PIX
02.375.913/0001-18

Informações
cpt@cptnacional.org.br

Tiragem
2.500 exemplares

Apoio



FIQUE INFORMADO/A

Seminário em preparação da II Romaria do Cerrado e I Romaria do Pantanal convoca para o cuidado com as águas e a Casa Comum



Arte: Marina Duarte

Cartaz oficial da II Romaria do Cerrado e I Romaria do Pantanal

O Seminário ‘Encontro das Águas: Povos do Cerrado e Pantanal’ aconteceu em Corumbá/MS, nos dias 26 e 27 de março, e contou com a presença de comunidades camponesas, movimentos e organizações parceiras, agentes pastorais, além de instituições federais de ensino e pesquisa. A atividade foi realizada em preparação para a II Romaria do Cerrado e I Romaria do Pantanal, que acontecerá no mesmo município, entre os dias 03 e 06 de junho deste ano, com tema “No Cerrado e Pantanal correm os segredos sagrados das águas”.

Durante o encontro, povos do Cerrado e Pantanal refletiram sobre a importância das

águas e as ligações entre os biomas, debatendo os impactos dos grandes projetos, como de mineração, hidrovias e o agronegócio, e dos conflitos no campo sobre suas vidas e seus territórios. Além disso, o momento promoveu a articulação e organização dos povos e comunidades para propor estratégias de incidência política e defesa da sociobiodiversidade, com a preparação para a intensa caminhada que a Romaria representa, não apenas pelo percurso percorrido, mas como o movimento coletivo dos povos rumo à Terra Sem Males e pelo Bem Viver.

Fonte: Comunicação CPT Nacional

CPP realiza Assembleia Nacional e elege nova secretaria

Entre 3 e 7 de fevereiro, Luziânia (GO) recebeu a Assembleia Nacional do Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP), realizada no Centro de Formação Vicente Cañas, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O encontro teve como principais objetivos avaliar a caminhada pastoral do último triênio, analisar a conjuntura eclesial, social e política que incide sobre os territórios pesqueiros e definir as diretrizes que orientarão a atuação do CPP nos próximos três anos.

A programação foi encerrada com a eleição do novo Secretariado Nacional do CPP. Ao final da contagem dos votos, a Assembleia elegeu Dom José Alteviri,



Louise Campos/Comunicação CPP

Assembléia Nacional do CPP, ocorrida em Luziânia (GO).

bispo da Prelazia de Tefé (AM), na Presidência; Dom Evaldo Carvalho dos Santos, bispo da Diocese de Viana (MA), na Vice-presidência; Gilberto Lima, na Secretaria-Executiva; Shirley Almeida, na Secretaria de Economia Solidária; Luciano Galeno, na Secretaria de Direitos e Organização; Marcos Brandão, na Secretaria de Território e Meio Ambiente; e

Isabel Silva, como Ecônoma. “É momento de agradecer a caminhada realizada, avaliar os desafios enfrentados e fortalecer nosso compromisso profético diante das ameaças que recaem sobre as águas, os territórios e as comunidades tradicionais.”, afirmou o presidente do CPP.

Fonte: Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP)

Salvador (BA) recebeu o 14º Encontro Nacional do MST em Janeiro

Iniciou-se na manhã do dia 19 de janeiro, em Salvador (BA), o 14º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cerca de três mil militantes de todo o país se reuniram na capital baiana para discutir a estratégia política do Movimento.

A última vez que o MST realizou um Encontro Nacional dessa instância foi em 2009, na cidade de Sa-

randi (RS). Agora, ao reunir mais de três mil militantes, o Movimento busca fortalecer seu plano estratégico de luta pela terra, a construção da Reforma Agrária Popular e o acúmulo de forças rumo ao socialismo.

Ao longo dos cinco dias de atividades, o Encontro debateu a atuação do capital na agricultura, a conjuntura econômica e política brasileira e o papel do MST como força política. Também foi

realizado um balanço das ações do Movimento na formação política, na agroecologia, na cooperação e na agroindustrialização.

Além disso, o Encontro definiu as táticas para o próximo período, aprovou as normas gerais e o Programa Agrário, bem como lançou a Inteligência Artificial da Reforma Agrária e Agroecologia (IARAA).

Fonte: MST

MEGA PROJETOS

Estrada adentro, povo afora

Ao passo que número de concessões de infraestrutura registram maior número entre 2023 e 2025, comunidades do campo, organizações e movimentos sociais temem impactos à sociobiodiversidade de biomas e territórios

Everton Antunes

everton@cptnacional.org.br

Rota Agro, Transnordestina e Ferrogrão: o que esses três projetos de integração da malha de transportes brasileira têm em comum são as somas de investimentos da ordem dos bilhões de reais recebidos – ou, pelo menos, previstos – da atual gestão. Entre os anos de 2023 e 2025, o país observou o maior número de concessões para projetos de infraestrutura de toda a série histórica – isto é, nesse período, houve 50 leilões de rodovias, portos e aeroportos –, conforme revela o jornal *Folha de São Paulo*, em reportagem de janeiro de 2026.

“No atual governo de coalizão, as pautas ligadas às infraestruturas são estratégicas para as legendas ‘de centro’, a exemplo do [partido de] Renan Filho – Ministro dos Transportes –, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro)”, explica Renata Utsunomiya, analista de políticas públicas do GT Infraestrutura. Ela acrescenta que,

frente às discussões sobre sustentabilidade, projetos de ferrovias e hidrovias ganham cada vez mais fôlego, devido aos baixos índices de emissão de gás carbônico, mas alerta que a escolha das rotas tem que considerar mais do que essa variável: entram em jogo “as sensibilidades ambientais, bem como maior transparência e participação social nas diferentes etapas”.

Além do impacto ambiental, as vozes de povos e comunidades tradicionais somam-se a fim de denunciar as consequências desses projetos infraestruturais para os diversos modos de vida que resistem no campo, nas águas e nas florestas e buscam pela subsistência e autonomia dos próprios territórios. Em meio a esse contexto, movimentos e organizações sociais também expõem a violência que avança sobre o campo.

Rota Agro

Responsável por conectar Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO), a Rota Agro – trecho de 490 quilômetros

de extensão composto pelas BRs 060 e 364 –, deve receber quase R\$7,3 bilhões em investimentos pela empresa vencedora do leilão, é o que declarou o Ministério dos Transportes em agosto passado. No entanto, cerca de dois meses depois, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) desqualificou o consórcio então pleiteado para a condução das obras, com “base na irregularidade das certidões trabalhistas dos administradores dos fundos de investimentos consorciados”.

Questionada sobre o status da Rota Agro, a ANTT informou que “após a inabilitação da empresa inicialmente vencedora do leilão, por não atender às exigências do edital, foi convocada a segunda colocada”. A agência também orientou que, atualmente, os documentos da empresa estão sob análise pela Comissão de Outorgas.

Por outro lado, Wilmar Fernandes, sem terra do acampamento Leonir Orback, localizado no município de Santa Helena de Goiás (GO), demonstra receio com a ampliação das rodovias no estado. “Queira ou não, o agro só pensa na exportação de commodities. Nós estamos no acampamento há dez anos, podemos ser assentados aqui. Agora, imagine se nós estamos aqui, cada um com a

sua parcela [de terra], e passa uma rodovia e duplicam ela? É bom para a sociedade, mas depois começam a vir também os pedágios caríssimos. Meu ‘chãozinho’ vai ser cortado e eu posso perder um punhado de terra”, lamenta.

Em nota, a CPT Goiás manifestou que melhorias na estrutura rodoviária federal no estado são importantes para todos os setores da sociedade, porém “o projeto da Rota Agro concentra seus benefícios nas mãos de poucos grandes investidores, enquanto o Cerrado e as populações que lutam pela sobrevivência serão as únicas a vivenciar os impactos negativos da obra”.

Transnordestina

Segundo o Ministério dos Transportes, a Transnordestina compreende 1,2 mil quilômetros de trilhos e corta 53 cidades nordestinas com o objetivo de ligar Eliseu Martins (PI) ao Porto do Pecém (CE) e, ainda, conta com um ramal até Suape (PE). A pasta também dá conta de que, em 2025, o empreendimento recebeu R\$1 bilhão para a condução de obras no Lote 08 da ferrovia, que atravessa os municípios de Itapiúna, Quixadá, Capistrano e Baturité, no estado do Ceará.

De volta ao Piauí, encontra-se Paulistana, município por onde passa a Transnor-

destina e que abriga a Comunidade Caldeirãozinho, lar de Maria de Fátima Delmondes e a família, todos camponeses do semiárido piauiense. “A nossa comunidade foi muito prejudicada, a Transnordestina trouxe muitos prejuízos: a casa da minha mãe foi retirada do lugar e colocada em outra localidade próxima; mas houve pessoas que foram retiradas de casa mesmo, foram embora da comunidade e precisaram ir para os povoados”, relata Delmondes.

A CPT Piauí, que acompanhou a comunidade de Maria de Fátima em Paulistana, além de outras nesse mesmo município e na cidade de Curral Novo, observa que, pelo menos desde 2012, a Ferrovia Transnordestina é marcada por conflitos e contradições, que vão desde a exclusão das famílias no processo de consulta e a falta de diálogo até a destruição de bens nas comunidades (cisternas, açudes, cacimbas e residências).

Ferrogrão

Alvo de críticas da sociedade civil, de organizações e movimentos sociais, a concessão ferroviária que tem por objetivo ligar Sinop (MT) e Miritituba (PA) – e corresponde a mais de 900 quilômetros de trilhos –, conhecida como Ferrogrão, recebeu sinal verde do Ministério dos



Coletivo Apoena Audiovisual

Manifestações do Grito Ancestral Tupinambá em protesto contra a Ferrogrão e a Hidrovia do Rio Tapajós, em novembro de 2025

Transportes, que aprovou os estudos técnicos do empreendimento no final de dezembro de 2025. Atualmente, o projeto aguarda análise do Tribunal de Contas da União (TCU). No entanto, em maio de 2025, o GT Infraestrutura publicou parecer técnico sobre a ferrovia, o qual prevê que “o processo de atualização do EVTEA [Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental] da Ferrogrão ignorou um conjunto de estudos técnico-científicos e

alertas de organizações da sociedade civil”. Ainda em outubro do ano passado, a ferrovia teve julgamento suspenso no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Flávio Dino, após votos dos ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso pela viabilidade do projeto. Liderança na luta contra o empreendimento no estado do Pará, Francisca Antônio Barroso, do município de Trairão, integra a Rede Agroecológica

da cidade e mora na comunidade Santo Antônio. Para ela, a Ferrogrão tem trazido consequências não somente para o próprio território como também para os moradores de comunidades vizinhas, sem “qualquer respeito ao direito de consulta prévia”. Em protesto, a agricultora afirma: “para o Governo, nós não existimos! Quem é contra [a Ferrogrão] é porque não quer sair daqui e ir para outro lugar, tem sua história aqui e quer permanecer”.

Diante desse cenário, a CPT de Itaituba também salienta que o projeto, “mesmo com os estudos finalizados, segue sendo inviável para a região, pois desconsidera os reais impactos sofridos com a quantidade de portos instalados em Miritituba, além de negligenciar a existência dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares às margens do rio [Tapajós] e da BR-163”. Em contrariedade aos relatos de trabalhadores ru-

rais e especialistas, a ANTT posiciona-se a respeito da Ferrogrão e argumenta que “desde a sua concepção, a modelagem do projeto considera o cumprimento integral da legislação ambiental e socioambiental”. Para Fátima, contudo, está claro que os agentes favoráveis aos grandes empreendimentos são “os grileiros, que estão aqui cultivando soja e só pensam em capital”. “Hoje, estão aqui; amanhã, só Deus sabe onde vão estar!”.

MOVIMENTOS

CONQUISTA

Memória e resistência: Assentamento Elizabeth Teixeira é oficializado na Paraíba após 64 anos de luta

Em um marco histórico para a reforma agrária no Brasil, 21 famílias camponesas tomam posse de terras na Fazenda Antas, berço das Ligas Camponesas, consolidando uma vitória contra décadas de violência no campo

Heloisa Sousa

heloisa@cptnacional.org.br

Após mais de seis décadas de luta, acampados da comunidade Barra de Antas, berço da Liga das Lutas Camponesas na Paraíba, viram o sonho virar realidade. No dia 5 de fevereiro, as 21 famílias da comunidade tomaram posse de onde hoje é o Projeto de Assentamento Agroextrativista Elizabeth Teixeira, localizado nos municípios de Sapé e Sobrado, na Paraíba.

A conquista é histórica em um território marcado pela violência contra camponeses, mas de intensa resistência coletiva. A desapropriação dos 133 hectares de terra, adquirido pelo Governo Federal por pouco mais de R\$ 8,2 milhões, é resultado de um importante processo de luta herdado do movimento do final do anos 50, liderado por João Pedro Teixeira, nas Ligas Camponesas, e assumido por Elizabeth Teixeira, após o assassinato do companheiro, em abril de 1962.

“A compra de parte da fazenda no ano do centenário de Elizabeth é muito simbólica porque retrata uma luta que antecede inclusive o conflito atual, da reocupação de 97”, explica Alane Lima, vice-presidenta do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba e agora também assentada. Filha e neta de camponeses da região, ela vê a vitória como um “retorno ao berço” que é o território conquistado. No entanto, ressalta que a desapropriação de apenas 133 hectares dos mais de mil originais é uma justiça parcial.

Berço de luta

Em 1996, um grande movimento de ocupações de terra, na Paraíba, reuniu cerca de 500 famílias e levou à desapropriação de três imóveis no município de Sapé. O fato inspirou 80 famílias, despejadas anteriormente da Fazenda Antas, a reocupar a área em 1997, às margens do Rio Gurinhém, momento em



Rafael Reginaldo - CPT João Pessoa

O dia também foi marcado pelo ato público com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, e do presidente do Incra, César Aldrichi.

que a CPT da região se somou à luta.

Com 18 anos na época, Eduardo da Silva Costa conta que o caminho até a conquista foi pavimentado com muita insegurança, lembrando as noites sob a mira de capangas e as prisões sofridas durante as tentativas de ocupação.

“Se vocês querem terra, então vão ter que lutar. A gente luta com vocês, mas vocês são os protagonistas”, foi o que frei Anastácio Ribeiro, na época coordenador do regional da CPT na Paraíba, disse para as famílias acampadas que buscaram a Pastoral em busca de orientação no processo de ocupação da terra, lembra Eduardo.

Entre despejos e reocupações, a presença da CPT ajudou a manter a chama da esperança acesa nos momentos

de maior desânimo, especialmente após decisões judiciais favoráveis aos proprietários. O decreto de desapropriação da fazenda foi assinado pelo então presidente Lula da Silva, em 2006, mas passou por uma longa batalha judicial com o proprietário, recorrendo da decisão. O processo foi finalizado com a decisão do STF de manter a desapropriação, em 2014.

“Por isso a gente diz que, ainda que pouca, é uma justiça o que o Estado está fazendo. Essas famílias sofreram demais e, depois da cassação do mandato de Dilma e que a irmã Marlene Burgers voltou pra Holanda, o pessoal desmotivou. Mas em 2023, a gente abriu de novo o debate para adquirir a terra”, conta Tânia Maria, agente da CPT na Paraíba.

Para Eduardo, apesar das dificuldades da luta, o processo foi muito gratificante, conduzindo a comunidade à uma consciência crítica da realidade camponesa. “A gente teve um levante da comunidade, que foi aprendendo sobre seus direitos, deveres”.

A caminhada continua

Alane Lima aponta alguns desafios na continuidade da luta no Assentamento Elizabeth Teixeira, como a desapropriação do restante da propriedade, para atender outras famílias camponesas, além do acesso a créditos rurais para fomentar a produção.

Criar a associação do assentamento e trabalhar no reflorestamento da área, desmatada pelo Latifúndio, também são destacadas por Eduardo como passos importantes a seguir. “A gente precisa produzir e mostrar para a sociedade que estamos aqui”, completa.

“De 2023 para cá, a luta nos ensinou que não existe redemocratização sem acesso e valorização da memória”, reflete Alane, que, por fim, conclui: “garantir que a gente tenha acesso à terra, é garantir que a gente tenha memória e que o campesinato permaneça autêntico, produtivo e autônomo”.

MEGAPROJETOS

MINERAÇÃO

Exploração de terras raras em Goiás avança sob questionamentos jurídicos e pressiona territórios

Nova legislação estadual sobre minerais críticos, aprovada em 2025, permite que o governo contorne legislação federal na corrida por investimentos estrangeiros

Marília da Silva
Jornalista e documentarista,
comunicadora da CPT Goiás
Edição: Júlia Barbosa
comunicacptgo@gmail.com
julia@cptnacional.org.br

Desde 2025, o governo de Goiás intensifica as negociações em busca de mais investimentos estrangeiros para a exploração de minerais estratégicos. O estado abriga atualmente a Mineração Serra Verde, primeira operação fora da Ásia de produção comercial de concentrado de terras raras, minerais utilizados na fabricação de componentes tecnológicos essenciais para a transição energética e para novas tecnologias de uso militar.

A empresa, de capital estrangeiro, explora um depósito de argila iônica localizada no município de Minaçu, onde o Serviço Geológico Brasileiro (SGB) identificou há anos a presença significativa de quatro dos 17 minerais classificados como Elementos de Terras Raras (ETR). Em pronunciamento recente na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o governador Ronaldo Caiado declarou que não será a única: “O grupo chileno

já vai começar a exploração em Nova Roma. A [mineradora] de Iporá, daqui a uns dias, começa”*, afirmou.

Para contornar a legislação federal e garantir sustentação jurídica à agenda de expansão acelerada dos empreendimentos, Executivo e Legislativo estaduais se uniram, no último ano, para elaborar e aprovar a Lei nº 23.597/2025, publicada em agosto. A nova legislação criou a Autoridade Estadual de Minerais Críticos, presidida pelo próprio governador, e estabeleceu Zonas Especiais de Minerais Críticos no estado, áreas com prioridade no licenciamento ambiental e na concessão de benefícios fiscais, além de um fundo para gerir investimentos, incluindo *royalties*.

De acordo com a advogada Lara Estêvão, a lei desrespeita o artigo 20, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que os recursos minerais, inclusive do subsolo, são bens da União, cabendo apenas a ela autorizar pesquisa e lavra. “Ao centralizar negociações e criar mecanismos próprios de gestão do subsolo, o estado extrapola sua competência”, avalia. No site da



José Cícero / Agência Pública

Área de operação da Serra Verde, com expectativa inicial de mais de 25 anos de exploração.

Agência Nacional de Mineração (ANM), não consta o licenciamento de nenhum projeto de mineração de terras raras em Goiás.

Para a advogada, as novas regras também ignoram dispositivos da legislação federal que são fundamentais para a salvaguarda de comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas impactados, como a obrigatoriedade da Consulta Livre, Prévia e Informada. “Com a flexibilização do licenciamento ambiental, a tendência é que

tenhamos cada vez menos fiscalização e controle sobre essas atividades”, afirma Lara.

Nos territórios tradicionais, a urgência dos negócios já produz efeitos. Em Nova Roma, famílias quilombolas vizinhas da área onde a empresa chilena citada pelo governador pretende se implantar relatam assédio e falta de informação. Gilvan Magalhães, liderança da Comunidade Quilombola Família Magalhães, afirma que representantes da *Aclara Resources* tentaram

realizar consulta prévia por meio de reunião virtual.

A comunidade exigiu acompanhamento do INCRA e aguarda a apresentação de mais informações sobre impactos ambientais e compensações. “Eles falam que não vai ter impacto, que vão monitorando a área e corrigindo os problemas. Mas a gente não sabe como vai ser”, relata Gilvan. Diante das incertezas, a posição é firme: “Se não nos atenderem, a gente não assina nada!”, disse a liderança.

* PROJETOS DE MINERAÇÃO DE TERRAS RARAS DIVULGADOS PELO GOVERNO DE GOIÁS

Projeto Pela Ema	Projeto Carina	Projeto Cachoeirinha (PCH)
Mineradora: Serra Verde Pesquisa e Mineração	Mineradora: Aclara Resources	Mineradora: Appia Rare Earths & Uranium Corp.
Capital: EUA	Capital: Chile	Capital: Canadá
Município: Minaçu	Município: Nova Roma	Município: Iporá
Andamento: Em Operação	Andamento: Em fase de licenciamento	Andamento: Em fase de pesquisa

HABITAÇÃO E FLORESTA

Os desafios para a moradia digna na A

Carlos Henrique Silva

comunicacao@cptnacional.org.br

“Terra, Teto e Trabalho, é direito e não favor!”, assim fala um trecho da música oficial do V Congresso da CPT. Teto, casa, lar e tantos outros termos são sinônimos de “Moradia”, direito fundamental garantido na Constituição, e tema principal da Campanha da Fraternidade 2026, motivada pela Pastoral da Moradia e Favela e acolhida pelo Conselho Episcopal Pastoral da CNBB (Consep).

Utilizando o exemplo de Jesus, no lema “Ele veio morar entre nós” (João 1,14), a iniciativa busca despertar a consciência sobre o direito à moradia digna como expressão concreta da fé cristã. O tema é de importância urgente no Brasil, país com o alarmante déficit habitacional de 6,2 milhões de moradias, 8,3% do total de domicílios ocupados no país, segundo a mais recente pesquisa da Fundação João Pinheiro (FJP) divulgada em 2024, analisando dados de 2022. O problema predomina em domicílios com famílias de baixa renda (74,4%), lideradas por mulheres (62,6%) e pessoas pretas ou pardas (66,3%).

O texto-base da Campanha reforça que, mesmo sendo fundamental para a sobrevivência individual ou familiar, a moradia é a mercadoria mais cara de consumo individual ou familiar nos países capitalistas, uma con-



Raimundo Pácco/Sumáima

Mesmo adaptadas ao contexto amazônico, palafitas se tornam habitações precárias em Belém/PA

ta que não consegue fechar, porque nenhuma pessoa consegue viver dignamente sem moradia, o que gera exclusão do acesso a este direito, devido ao alto custo dos financiamentos bancários e a limitação das políticas públicas de habitação.

De forma geral, tudo isto é resultado da qualidade de vida precária das populações que se deslocam da zona rural e das cidades do interior em busca de condições melhores de trabalho e renda. A vinda do campo não é acompanhada de terra, moradia, infraestrutura urbana e salário digno para quem chega. O aluguel acaba se tornando a única alternativa para a sobrevivência, com custos altos que corroem os salários e a possibilidade de autonomia.

O desafio da moradia digna na Amazônia

No Brasil, o Censo 2022 registrou 12.348 favelas e comunidades urbanas, o dobro da quantidade contabilizada em 2010, onde vivem mais de 16 milhões de pessoas, ou 8,1% da população do país. Dentre as 20 favelas e comunidades urbanas mais populosas do país, oito estão na Região Norte (sendo seis delas em Manaus e duas em Belém), sete no Sudeste, quatro no Nordeste e uma no Centro-Oeste. As unidades da federação com as maiores proporções de sua população residindo em favelas e comunidades urbanas, em 2022, eram: Amazonas (34,7%), Amapá (24,4%) e Pará (18,8%).

Em Manaus, quase 72 mil pessoas indígenas estão na área

urbana, de acordo com o Censo 2022 do IBGE. Destas, cerca de 25 mil estão sem acesso à moradia e ao território. Uma das comunidades, Nusoken, é composta por cerca de duzentas famílias na Região do Tarumã, que enfrentam muitas dificuldades para ter o seu direito ao território reconhecido, uma situação de negação vivenciada por outras comunidades indígenas em contexto de urbanização. Ameaças e ordens de despejo, expulsão, destruição de casas e de pertences, agressões e ferimentos causados por seguranças ou pistoleiros armados são alguns dos conflitos vivenciados pelas famílias.

Com o objetivo de escutar esta realidade e pensar soluções coletivamente, a CPT Amazo-

nas e instituições parceiras têm se reunido periodicamente com a comunidade, levantando reivindicações encaminhadas aos órgãos públicos do Estado e da União, como Incra, Ministério do Meio Ambiente, Procuradoria de Justiça e Defensoria Pública.

“A luta das comunidades é para tornar este um Território de Uso Comum. Já foi dada entrada no pedido junto à Funai e MPF, para a regularização dessas terras públicas do entorno da cidade. Também está sendo mediada a construção da planta do território junto à Engenharia e à reitoria da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)”, afirma o agente da CPT Amazonas, Manuel do Carmo.

A demanda de reflexão sobre as condições de moradia na Amazônia gerou um subsídio específico da Campanha da Fraternidade, intitulado “Moradia Digna na Amazônia”. Além de apontar o desafio de territórios que convivem com a urbanização acelerada, estruturas precárias, violência pública e degradação ambiental, o material destaca que as políticas públicas devem se adequar aos contextos climáticos e culturais amazônicos.

O subsídio também destaca a presença transformadora da Igreja na Amazônia, tanto pelas pastorais sociais quanto pelo Mutirão pela Vida, da 6ª Semana Social Brasileira: “Por meio da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM), das pastorais sociais,

FRATERNIDADE

mazônia

da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Igreja caminha lado a lado com as comunidades tradicionais: indígenas, ribeirinhas e quilombolas, em sua luta pelos direitos humanos, pela defesa dos territórios e pela dignidade”, afirma o documento.

Marcada pela beleza das suas casas coloridas, a comunidade Santo Ezequiel Moreno, no município de Portel, arquipélago do Marajó (PA) — mostrada na capa deste jornal —, é uma prova de como a floresta oferece alternativas reais para a moradia e permanência no território. A comunidade pratica o manejo sustentável do açaí nativo, produz óleos essenciais de forma responsável, organiza turismo comunitário e movimenta uma microeconomia florestal que gera renda, dignidade e permanência no território. O Fundo Solidário Açaí, gerenciado pela associação comunitária, garantiu a construção de uma ponte para o deslocamento com segurança entre as moradias, além do centro comunitário, cozinha industrial, poço de água potável e tratamento da água.

Uma Campanha que se fortalece a partir dos territórios

Atuante nos movimentos sociais desde a década de 1980, nas CEBs e Pastoral da Juventude, Graça Xavier é uma pioneira na luta pela moradia no país, e atua diretamente com as comu-

Reunindo quase metade das favelas e comunidades urbanas mais populosas do país, a região vivencia o desafio da urbanização acelerada e da infraestrutura precária, mas também traz alternativas reais da floresta para moradia e permanência no território

nidades das periferias, principalmente na Grande São Paulo e na região Sudeste. “Quando libertaram a escravidão no Brasil, infelizmente nos tiraram o direito de acessar a terra, a moradia, o trabalho digno e a educação. Então essa campanha é uma forma de despertar para sociedade que essa é uma reparação de danos, porque este foi o último país a decretar a liberdade para a

população negra, e ainda assim pela metade, nos deixando sem acesso a praticamente nada. O valor do salário não é equivalente para ter acesso a uma moradia digna, principalmente a maioria que são as mulheres negras”, afirma Graça, que também coordena a Rede Mulher e Habitat da América Latina e Caribe.

Em São Paulo, a atuação da CPT junto às famílias à beira

das fazendas esperando serem assentadas sempre esteve ligada aos movimentos de luta por moradia nas áreas urbanas. “Eu consegui minha casa através de mutirão e autogestão na década de 1990, na gestão da Luiza Erundina, e eu sei muito bem o que é pagar aluguel e não conseguir comprar comida, sapato ou roupa para os filhos. O horizonte amplia depois que você tem acesso à sua moradia digna. Quando eu entrei na minha casa, assumi o compromisso de continuar lutando para que outras pessoas também tenham acesso à educação, saneamento, mobilidade urbana, posto de saúde e outras políticas públicas”, destaca Graça Xavier, acrescentando que a Campanha da Fraternidade deve se fortalecer a partir das comunidades, territórios, paróquias e igrejas, num debate mais amplo que envolve temas como a jornada 6x1, o feminicídio e a justiça climática, já que um problema recorrente nas favelas e bairros periféricos é a sua localização em áreas de risco.

“A mensagem é clara: é preciso se aproximar para reconhecer o Cristo presente nas periferias e entre os empobrecidos. Deus habita nossas cidades, mas muitas vezes está escondido nos que mais sofrem”, explicou o padre Jean Poul Hansen, secretário-executivo para as Campanhas da CNBB, falando sobre a imagem escolhida para representação visual das ações.

TRECHOS DO TEXTO-BASE DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2026

21. A moradia no Brasil deve ser compreendida de maneira associada à questão da terra, pois, além do acesso à terra, a especulação imobiliária, a renda da terra e as políticas estatais influenciam diretamente sobre a disponibilidade, o custo e as condições da moradia, especialmente para a população de baixa renda. (...)

36. As desigualdades e injustiças socioterritoriais têm raízes no sistema colonial e escravagista no Brasil, dentro do qual “desde o ano de 1850, quando se lançaram as bases do direito de propriedade privada da terra no Brasil, o acesso a este bem foi rigorosamente selecionado já na própria legislação, que impediu que os escravos, então em processo de transição para o regime de trabalho livre, se convertessem em pequenos proprietários rurais e trabalhassem autonomamente em sua própria terra”.

111. Na Bíblia, o direito à moradia incluía também a garantia de viver com dignidade, no espaço onde era possível estabelecer vínculos, relações, e sobreviver economicamente por meio do trabalho.



Divulgação/CNBB

Cartaz da Campanha da Fraternidade 2026 traz a arte da escultura “Cristo sem-teto”, do artista católico canadense Timothy Schmalz

VOTO CAMPONÊS

DEMOCRACIA

Eleições 2026: governabilidade e luta popular

Em um contexto do 'vale-tudo' pela governabilidade, que fortalece a corrupção, as eleições não substituem as lutas cotidianas por soberania, reforma agrária, produção alimentar saudável e defesa do planeta

Ruben Siqueira

Agente da CPT Bahia

José Carlos Lima

Integrante da Coordenação Nacional da CPT

Edição: Carlos Henrique Silva
comunicacao@cptnacional.org.br

As eleições deste ano no Brasil acontecem num contexto de guerras, ameaças e invasão de países, tarifas, domínio do capital financeiro e da opinião pública via algoritmos de inteligência artificial, bolsorismo renitente, democracia em baixa, crise climática... Além desses, temos problemas históricos que o modelo político-econômico insiste em não resolver, como a questão agrária.

Vastas extensões de terra, inclusive de povos originários e comunidades tradicionais, continuam em mãos do agrobusiness, da mineração e de empresas de energia. Quase nenhum avanço na demarcação e homologação destas terras. Comunidades quilombolas e outras tradicionais de grande diversidade continuam em luta por seus territórios. Dados reveladores da CPT: os anos de maior número de conflitos no campo, desde 1985, foram 2023, com 2.250 ocorrências, e 2024, com 2.185 – os dois primeiros anos do atual governo Lula! Famílias camponesas,



31º Grito dos Excluídos/as em Maceió/AL, com o tema da luta pela democracia e soberania do país

produtoras de alimentos saudáveis e sustentáveis, seguem relegadas. Recentes entregas de assentamentos não escondem apelos eleitorais.

Nas cúpulas, justificam-se acordos entre opostos aparentes, ingrediente principal nesse caldo político-eleitoral. Alianças impensáveis nos tempos pós-ditadura atualmente são tidas como necessárias, em nome da governabilidade, o que revela também uma profunda crise da esquerda, que vem perdendo discurso, atitude e votos, dependente de Lula, refém do medo da volta

da extrema direita. O vale-tudo pela governabilidade fortalece a corrupção – via “emendas parlamentares”, “orçamento secreto”, etc. – e retira a possibilidade das transformações estruturais outrora almejadas. Sob o controle do “Centrão” no Congresso, será impossível avançar.

Nas eleições já não há disputa real de projetos antagônicos. Basta ver quem são os candidatos à vice-presidência da esquerda eleitoral, sempre da centro-direita. Os partidos seguem as pesquisas, os marqueteiros dizem a última pala-

vra. As redes sociais e seus algoritmos influenciam o resultado das eleições. Reivindicações populares são esquecidas, maltratadas ou arquivadas.

A participação popular é que fortalece a democracia. A eleição é parte, não o todo. Nossos critérios para votar devem ser a defesa da verdadeira democracia, os compromissos comprovados dos candidatos com nossos direitos e nossas lutas concretas por inclusão e justiça social – outro modelo de sociedade.

As eleições não substituem as nossas lutas cotidianas por

soberania, reforma agrária, produção alimentar saudável e defesa do planeta. Essas lutas continuam, independentemente do resultado eleitoral.

As próximas eleições (2026 e 2030) serão decisivas. Em 2026, uma aliança do atual governo com a direita aparece como favorita ante a extrema direita; em 2030, Lula não disputará. A premissa é não votar em quem promove violência contra os empobrecidos e insistir nos programas que busquem fortalecer a participação popular e os bens comuns, essenciais à vida.

TRABALHO ESCRAVO

DENÚNCIA

Erradicar o trabalho escravo é nossa prioridade. E continuará sendo!

No enfrentamento à escravidão contemporânea, 2025 ficou marcado por interferências e assédio do Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, em ações de fiscalização, priorizando interesses econômicos.

Campanha Nacional de Olho Aberto Para Não Virar Escravo
Edição: Heloisa Sousa

O ano de 2026 começa como terminou 2025: com a paralisia das operações de combate ao trabalho escravo. Este é o resultado do confronto protagonizado no ano passado pelo Ministro do Trabalho, ao se arrogar um direito de intervenção direta na atuação autônoma da inspeção do trabalho, anulando autos de infração lavrados e já confirmados em segunda instância de recurso, chamando para si questões que não lhe competem e colocando sob investigação agentes públicos apenas por terem cumprido seu ofício.

Tudo isso feito sem transparência e fomentando um clima de ameaça e de insegurança voltado contra a categoria dos Auditores-Fiscais do Trabalho (AFTs). Nunca visto nos anais recentes da República e expressamente proibido pela histórica sentença da Corte Interamericana no Caso Brasil Verde, tal retrocesso criou situação gravíssima e gerou um impasse preocupante.

A persistência da interferência ministerial coloca em



Fernando Martinho

Neste ano, o dia 28 de janeiro marca os 22 anos da Chacina de Unai, em Minas Gerais

xeque a credibilidade e a continuidade da política nacional de combate ao trabalho escravo, inclusive em dois de seus componentes mais emblemáticos: uma fiscalização imune às pressões políticas ou chantagens econômicas; e a Lista Suja, que garante a transparência do processo de erradicação do trabalho escravo. Neste contexto difícil, prestamos destacada homenagem ao trabalho realizado pela fiscalização e seus parceiros ao longo do ano passado.

Em 2025, ano em que a Inspeção do Trabalho passou a integrar 900 novos AFTs, foram resgatadas 3.000 pessoas, parte

do total de 3.152 pessoas encontradas em condição análoga à de escravo.

Com isso, chega a 11.595 o número total de pessoas escravizadas nos últimos 4 anos, sendo que 78% delas foram encontradas em atividades rurais: 5 mil em lavouras (1,5 mil em canaviais), 779 em pedreiras e na mineração, 677 na pecuária, 586 em obras de construção rural e 563 em carvoarias. A Amazônia registrou 16% desse total.

O setor da construção responde por 935 pessoas escravizadas em 2025, sendo 586 no campo (uma única usina de etanol do Mato Grosso) e 349 fora do campo (em 41 canteiros

de obra de 11 estados).

No ano passado, 2.126 pessoas foram encontradas em condição análoga à de escravo em apenas 5 estados de 3 regiões onde o agronegócio tem notável peso: Mato Grosso (627 pessoas) e Goiás (243); Bahia (481); Minas Gerais (402) e São Paulo (373). Na Amazônia Legal, foram identificadas 950 pessoas submetidas ao trabalho escravo. Com exceção de Amapá e Alagoas, houve registro de trabalho escravo em todos os estados do Brasil.

Ainda não foi solucionada a situação de Sônia Maria de Jesus, que continua refém do seu escravizador, desembarga-

dor de justiça em Florianópolis (SC), corporativamente protegido por um Judiciário cúmplice. O caso foi levado ao Relator Especial da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão e à CIDH. Sônia é uma entre as 200 pessoas encontradas em trabalho escravo doméstico no país desde 2017 – 34 delas em 2025. Assim como Sônia, geralmente são mulheres negras, como são negras também em sua maioria as pessoas escravizadas hoje no Brasil.

Aproveitadores continuam lucrando com a miséria alheia. Para muitas pessoas, empurradas pela precisão, o trabalho escravo continua tendo ar de ‘normalidade’. Sempre que deixamos de denunciar essa violência, contribuimos para que ela se torne mais invisível.

Trabalho escravo é crime, resultado de múltiplas violações de direitos, todas com caráter estrutural e histórico: direito à terra e à identidade, à educação de qualidade, à saúde e a um ambiente saudável. À dignidade sem discriminação. Abrindo o olho e denunciando, agiremos para eliminar o trabalho escravo ainda escondido em nosso meio. Denuncie! Disque 100 ou acesse o Sistema Ipê (ipe.sit.trabalho.gov.br).

MULHERES

RESISTÊNCIAS

Contra a violência do latifúndio e do patriarcado, as Mulheres do Cerrado plantam a vida e o esperar

Documentário registra a potência das vozes e da organização de mulheres cerradeiras a partir do projeto 'Gênero e Biodiversidade'

Júlia Barbosa

julia@cptnacional.org.br

Há uma sabedoria popular que corre os rios e rega com abundância a terra do Cerrado: “Mulheres são como as águas: crescem quando se juntam”. No último ano, mulheres cerradeiras do Piauí, Tocantins e Goiás se juntaram em suas resistências em defesa de seus corpos e de seus territórios, a partir do projeto ‘Gênero e Biodiversidade: Falas das Mulheres do Cerrado’. Os registros, repletos do *esperançar* que confronta realidades violentas, resultaram em um breve e potente documentário lançado neste mês de março, marcado pelo Dia Internacional da Mulher.

O vídeo-final rememora as atividades formativas comunitárias do projeto, promovido pela Articulação das CPTs do Cerrado, em que a troca de conhecimentos e experiências entre as camponesas se mostrou como a essência da formação popular. As oficinas se aprofundaram em questões de gênero, segurança, sociobiodiversidade e agroecologia, além de promover a valorização de quintais produtivos e a geração de renda para autonomia das mulheres, também pelo acesso à políticas públicas.



Vivência durante oficina Associativismo e Cooperativismo, na Comunidade Levinha (Araguaína/TO).

“A gente tem aprendido muito, mas muito mesmo, pra poder levar adiante. A nossa vida de mulher, de camponesa, muitas vezes não é fácil, mas esse projeto só veio agregar valores pra gente, tanto como mulher, quanto também na vida financeira. Pra gente andar mais com as nossas próprias pernas, mas sempre no coletivo, na unidade, sempre ajudando umas às outras”

- Maria Aparecida Alves, Assentamento Che Guevara (Piranhas/GO)

As oficinas foram realizadas no interior dos territórios, onde as violências do latifúndio e do patriarcado se entrelaçam mais profundamente pela dominação e subjugação, tanto da terra quan-

to das mulheres. É como muito ensinou Anacleto Pires, hoje encantada e uma força ancestral do Cerrado, que quando via a terra sendo vendida - invadida -, sentia seu corpo sendo negociado.

Com a ameaça à porta, as mulheres camponesas colocam seus corpos à frente da terra e da família, enfrentando cara a cara a violência de fazendeiros e grileiros, como relatou Maria de Jesus Maciel, do P.A Boa Esperança (Palmeirante/TO), durante oficina sobre gênero e construção de protocolos de segurança: “Tem vezes lá na roça que eu escuto as caminhonetes e vou correndo pra casa... Já chega falando que comprou a terra do fazendeiro e que vai tirar a gente de lá de qualquer jeito. Tem

dias lá em casa que eu fico com a cabeça perturbada, porque na verdade quem palestra com essa pessoa sou eu, mando meu esposo se esconder e fico em casa só com as crianças, porque quando eles pegam o marido da gente, eles humilham demais, sabe? Os grileiros e até a polícia”, narrou.

A partir das formações durante o projeto, foram construídos, coletivamente, protocolos de segurança para atender cada comunidade, com atenção voltada contra violência de gênero e em defesa dos territórios. Em todo esse processo formativo, as mulheres reconheceram que suas resistências também estão plantadas em seus quintais, nos quais brotam não só a esperança e o sonho da terra para viver e

trabalhar, como também frutos que representam a autonomia, a geração de renda e a sustentabilidade das mulheres camponesas.

“O que mais me chamou atenção foi a importância dos nossos quintais produtivos e como a gente pode trabalhar com os frutos do Cerrado, porque a gente mora numa terra rica e só falta mesmo a disponibilidade de levar em frente, isso foi uma motivação muito grande pra mim”

- Domingas de Sousa Borges, Assentamento Flores (Uruçui/PI).

Nos três estados, foram realizadas feiras para comercialização e fortalecimento da renda das mulheres do Cerrado, que como Adaylzes Rodrigues, do P.A. Santo Antônio (Palmeirante/TO), levaram, venderam e trocaram seus produtos, cheias de orgulho e certas de sua indispensável contribuição na luta pela terra, pela alimentação saudável e pelo cuidado com a biodiversidade: “Eu trouxe doce de leite, doce de coco com abóbora, trouxe banana, macaxeira, abacaxi... tudo plantado no meu quintal, tá? Tudo eu que planto, tudo eu que cuido!”.

Ludimila Carvalho / CPT Araguaína-Tocantins

NUESTRA AMÉRICA

O sequestro de Maduro e a permanência do imperialismo na América Latina

O ano de 2026 começou com o sequestro do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, por tropas estadunidenses, que bombardearam a Venezuela por volta das 3 horas da madrugada do dia 3 de janeiro. A ação fere a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional pela violação de território nacional.

O ato foi um recado da administração dos Estados Unidos – em conluio com setores do capital estadunidense interessados nos recursos naturais venezuelanos, especialmente o petróleo – de que não será tolerado qualquer governo latino-americano que não esteja subordinado aos seus interesses.

É na conjuntura de múltiplas crises que novas expressões do fascismo se manifestam e apresentam um rompimento com os antigos dogmas liberais. Figuras como



Federico Parra/AFP

Milhares saem às ruas pela libertação de Maduro e Cilia Flores.

Trump, Milei ou Bolsonaro não são anomalias, mas a consequência direta das políticas neoliberais. Os atuais fascistas são a representação sem mediação da violência capitalista. O sequestro de Maduro não inaugura uma nova política externa dos EUA para a América Latina, apenas elimina os últimos véus discursivos que encobriam

uma prática imperialista historicamente consolidada.

No dia 03/2, marco de um mês do ataque, milhares de venezuelanos saíram às ruas pela libertação de Maduro e da primeira-dama Cilia Flores, em mobilização chamada de Grande Marcha.

Fonte: Le Monde Diplomatique Brasil e Agência Brasil

Movimentos populares realizam 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária, na Colômbia

Entre os dias 24 e 28 de fevereiro, representantes de movimentos populares e dos povos indígenas de todo o mundo participaram da 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR+20), em Cartagena, na Colômbia. O evento contou com representantes de 70 países.

O encontro ocorreu 20 anos depois da primeira edição, realizada em Porto Alegre (RS), em 2006. Nesse intervalo, a concentração de terras se intensificou. Latifundiários e empresas atualizaram os mecanismos de grilagem de terras e apropriação das águas.

“As pessoas camponesas, os povos indígenas e as pessoas produtoras de alimentos em pequena escala que alimentam a maior parte do mundo

e protegem os ecossistemas, enfrentam uma nova onda de despojo impulsionada pela militarização, pelo crime organizado, pelas grandes tecnologias e pela mercantilização da ação climática”, alerta a nota da Via Campesina.

As ameaças contra esses povos se intensificam com os conflitos geopolíticos. Nesse cenário, a proposta do encontro foi, também, alertar para os riscos das disputas de poder global para os trabalhadores rurais e urbanos e debater políticas públicas para a defesa dos direitos e da autonomia dos povos. “Nossa luta pela reforma agrária é inseparável de nossa luta contra o imperialismo, o autoritarismo e o colapso ecológico”, afirma a nota da Via.

Fonte: Brasil de Fato

Acordo Mercosul-UE dá continuidade a caráter colonial agroexportador brasileiro

Após 26 anos de negociações, o Mercosul, bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, assinou em 17 de janeiro o acordo comercial com a União Europeia que promete criar a maior zona de livre comércio do mundo.

Nesta última semana, o presidente Lula assinou e despachou ao Congresso Nacional o acordo comercial que prevê que o Mercosul eliminará tarifas sobre 91% das exportações da UE ao longo de um período de 15 anos. Já os

europeus eliminarão progressivamente as tarifas sobre 92% das exportações do Mercosul num período de até dez anos.

O compromisso assinado amplia as trocas desiguais e a regressão da economia brasileira com as exportações do agronegócio se beneficiando. Com esse acordo, será promovida a destruição gradual da indústria nacional, pois importar passará a ser mais barato e menos arriscado do que produzir localmente, o que poderá comprometer a soberania nacional.

“O acordo é um acordo de tipo neoliberal, ou até neocolonial. Ajuda a cristalizar a situação em que o Brasil exporta produtos primários para a UE e importa produtos industrializados. O acordo é anti-industrial para o Brasil, afirmou o economista Paulo Nogueira Jr, ex-vice-presidente do banco dos Brics e ex-diretor-executivo do FMI representando o Brasil e outros dez países.

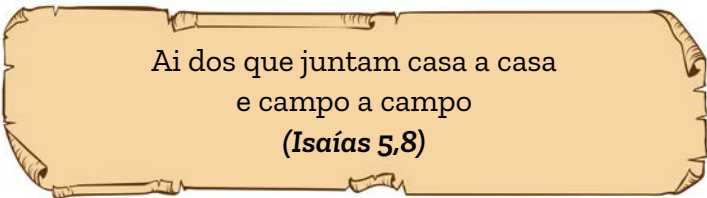
Fonte: Jota Jornalismo

PÁGINA BÍBLICA

FRATERNIDADE E MORADIA

Construirão casas e nelas habitarão

Ao longo dos séculos, profetas e profetisas lutaram para manter vivo e sempre atual o projeto popular que não pode ser reduzido a um sonho futuro, pois é fruto de todas e todos que lutamos para que todos, a partir dos mais pobres, tenham Terra, Teto e Trabalho



Sandro Gallazzi
Biblista e fundador da CPT no Amapá
Anna Maria Rizzante
Agente da CPT e da Pastoral Carcerária

O texto base da Campanha FRATERNIDADE E MORADIA, de 2026, a respeito da situação rural, diz que “a realidade dos nômades, indígenas e quilombolas não é menos importante. Trata-se, em relação a estes povos, de uma dívida e de uma reparação histórica, frente à expropriação de que foram vítimas em suas vidas, terras, liberdades e culturas” e acrescenta: “Quanto à população rural, vítima do desenvolvimento excludente nos séculos XX e XXI, trata-se de uma demanda que deve acompanhar e complementar uma reforma agrária efetiva, trazendo dignidade plena a 14% dos brasileiros, atualmente dela privados” (73). É uma “história” que, de tantas maneiras diferentes, se repete desde o surgimento do estado. Desde os antigos Egípcios, como desde

os antigos Aztecas e Incas, na nossa *Abya Yala*, o aparelho estatal (palácio, tribunal, quartel, templo e escola) sempre esteve a serviço da exígua minoria que mora na “casa grande” e que controla o mercado, explorando a imensa maioria da “senzala” produtiva. Qualquer tentativa de revolta ou de mudança foi e continua sendo reprimida com força e brutalidade. A nossa referência, porém, continuará sendo a “memória subversiva do Evangelho” de Jesus de Nazaré, crucificado como blasfemador e subversivo, por ter sido fiel ao Deus dos pobres e aos pobres da terra e por acreditar que a terra, com todos os seus bens, é “herança” de *Iahweh* para todos e todas. Se, na realidade urbana, basta pouca terra para construir uma casa ou, até coloca-se casa sobre casa, nos edifícios de apartamentos, no mundo rural a casa é parte de um território essencial para a vida como um todo. Nas denúncias proféti-

cas casa e território andam sempre juntos: “Ai dos que juntam casa a casa, emendando campo com campo, até não sobrar espaço para mais ninguém!” (Is 5,8). “Ai dos que se desejam um campo, roubam-no, querem uma casa, ficam com ela. Tomam posse da casa e do dono, do campo e do proprietário” (Mq 2,1-2). Palavras de extrema atualidade, pois o “*agrobusiness*”, sobretudo do boi, da soja e da madeira, e a “mineração” continuam concentrando terras, águas e riquezas; e o fazem, muitas vezes, ao arripio da legislação, com a conivência e/ou a inoperosidade dos órgãos do Estado. À lentidão do INCRA em demarcar os territórios dos posseiros, dos ribeirinhos e dos povos tradicionais, corresponde a rapidez dos cartórios que produzem documentos que têm “fé pública” e a partir dos quais, tribunais sentenciam, muitas vezes preliminarmente, o despejo de inteiras comunidades, legalizando a grilagem e a devastação de imensos territórios. Parecem ter sido ditas, hoje, as palavras seculares de Amós: “Ai dos que fazem do direito uma amargura e

jogam a justiça ao chão (...) Pois eu sei como são numerosos os vossos crimes, sei como são pesados os vossos pecados, exploradores de inocentes, cobradores de suborno, que enganais o pobre no tribunal” (Am 5,7.12). A lei (*Torah*) garantia o direito à terra para todas as casas camponesas, mas os poderosos de turno a desprezavam, como gritava Miqueias: “Ouvi, chefes de Israel: Não é vossa obrigação saber o que é de direito? Mas sois inimigos do bem e apaixonados pelo mal (...) Construíis Jerusalém com a injustiça. Seus chefes dão sentença a troco de uma propina, seus sacerdotes instruem em vista do lucro, seus profetas adivinham por dinheiro” (Mq 3,1.10-11). Ao longo dos séculos, profetas e profetisas, lutaram para manter vivo e sempre atual o projeto popular: “Quem fizer casas, nelas vai morar, quem plantar vinhedos, dos seus frutos vai comer. Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer; meus eleitos vão gozar do fruto do seu trabalho” (Is 65,21-22). Um projeto cantado nos salmos: “os pobres herdarão a terra, vão se ale-

grar com uma paz imensa” (Sl 37,11). Uma certeza proclamada por Jesus: “Bem-aventurados os mansos porque herdarão a terra” (Mt 5,5). Um projeto, porém, que não pode ser reduzido a um sonho futuro, pois é fruto de todas e todos que lutamos para que todos, a partir dos mais pobres, tenham Terra, Teto e Trabalho. Missão que papa Francisco entregou aos movimentos sociais populares, nossos “poetas sociais”. “O jejum que aprecio é este: solta as algemas, desata a canga, liberta os oprimidos e despedaça todo jugo. Reparte o pão com o faminto, acolhe em casa os pobres sem teto” (Is 58,6-7). É o que garante Jesus que não tinha onde deitar a cabeça: “Vinde, benditos de meu Pai, recebei em herança o reino que desde sempre está preparado para vós (...) Em verdade vos digo que quando o fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,34-36.40). É o exemplo luminoso que nos deixam a mártir Ir. Dorothy e nossos e nossas mártires, testemunhas fiéis até à morte ao projeto do Pai e encarnado em Jesus de Nazaré.

EXPERIÊNCIAS

ECOLOGIA INTEGRAL

Fitoterapia e espiritualidade no rompimento de cercas e tecimento de teias no regional do Rio Grande do Sul

A valorização do saber ancestral no manejo agroecológico e na medicina popular, assim como a força e espiritualidade das Romarias da Terra, tem sido parte fundamental da ação da CPT regional Rio Grande do Sul junto às comunidades

Edição: Ruben Siqueira (CPT/BA)
Carlos Henrique Silva (Setor de Comunicação da CPT Nacional)
Heloisa Sousa (Setor de Comunicação da CPT Nacional)

Farmácia Viva - Formações em Agroecologia e Fitoterapia

O trabalho de formação popular e agroecológica resgatou muitas receitas caseiras que estavam condenadas ao esquecimento, bem como promoveu o aprofundamento e a divulgação das receitas que já estão registradas. Todos os trabalhos que a comunidade Padre Josimo realiza estão voltados à realidade dos camponeses pertencentes às comunidades das paróquias, CPT, quilombolas, indígenas, MST, MPA, MAB e associações de bairros. Enfim, sempre aos que mais precisam e demonstraram interesse para a construção de uma sociedade justa e solidária para todos. O resgate da fitoterapia com formação, oficinas, relembrando muitos tipos de tintura e pomadas para que as pessoas, em grupo, possam colocar em prática para ter uma vida mais sadia e com menos gastos.

Histórico – A comunidade Padre Josimo é formada por franciscanos e capuchinhos há 30 anos e, desde seu início, foi constituída num assentamento do MST, com a inspiração da

itinerância. Hoje está localizada nos assentamentos de Hulha Negra, atuando num bloco de 56 assentamentos que compreendem também Candiota e Aceguá, na fronteira com o Uruguai. Desde o início da caminhada, a comunidade se envolveu na organização e atuação nos movimentos sociais, sempre com a preocupação em ser fermento na massa com nossa presença nas ações.

É uma experiência de Romper Cercas no sentido de que promove outras economias, novas relações entre as pessoas e o território, buscando outras formas de cura e cuidado pessoal e interpessoal, tecendo teias de bem-viver.

A realidade nos levou para a fitoterapia, despertando o resgate das ervas medicinais com suas indicações para a prevenção da saúde e cura de enfermidades. Essa é uma frente de formação fundamental para o trabalho da CPT-RS, e está em constante aprofundamento, aperfeiçoamento e diálogo com as realidades das comunidades tanto no campo quanto nas periferias urbanas.

Aprendizado – Nos trabalhos de organização, formação e ações concretas, se despertou para a questão ecológica, no plantio de árvores (2 milhões



Criança participa de formação popular em agroecologia e fitoterapia

de árvores nativas e frutíferas foram plantadas nos assentamentos da região), com o resgate também de sementes crioulas (milho, feijão, arroz, trigo, hortaliças) e a construção de cisternas e fontes para solucionar o problema da falta de água potável às famílias. Tanto o povo aprende com os agentes da CPT, quanto a própria CPT da Microrregião Fronteira Sul do RS tem se fortalecido através da missão do Frei Wilson Zanatta, na formação popular e agroecológica.

Romarias da Terra

As Romarias da Terra do Rio Grande do Sul ocorrem anualmente, sempre na terça-

-feira de Carnaval, em decorrência da data das primeiras Romarias da Terra. A segunda foi realizada em uma terça-feira de Carnaval de 1978. A última edição de 2025, de número 48, ocorreu no Santuário do Caaró, município de Caibaté, marcada pela memória dos 400 anos da chegada dos padres Jesuítas ao estado, com o tema “400 anos de evangelização missionária: Terra sem males e ecologia integral” e o lema bíblico “Eu vi um novo céu e uma nova terra” (Ap 21,1).

Histórico – A Romaria da Terra no Rio Grande do Sul caminha rumo ao seu quinquagésimo aniversário de cuidado com o povo de Deus e com a Casa Comum. São

48 anos, sendo que a 44ª edição aconteceu em dois anos, sendo em um ano virtual, devido à pandemia da Covid-19, e em outro, presencial, em Ilópolis.

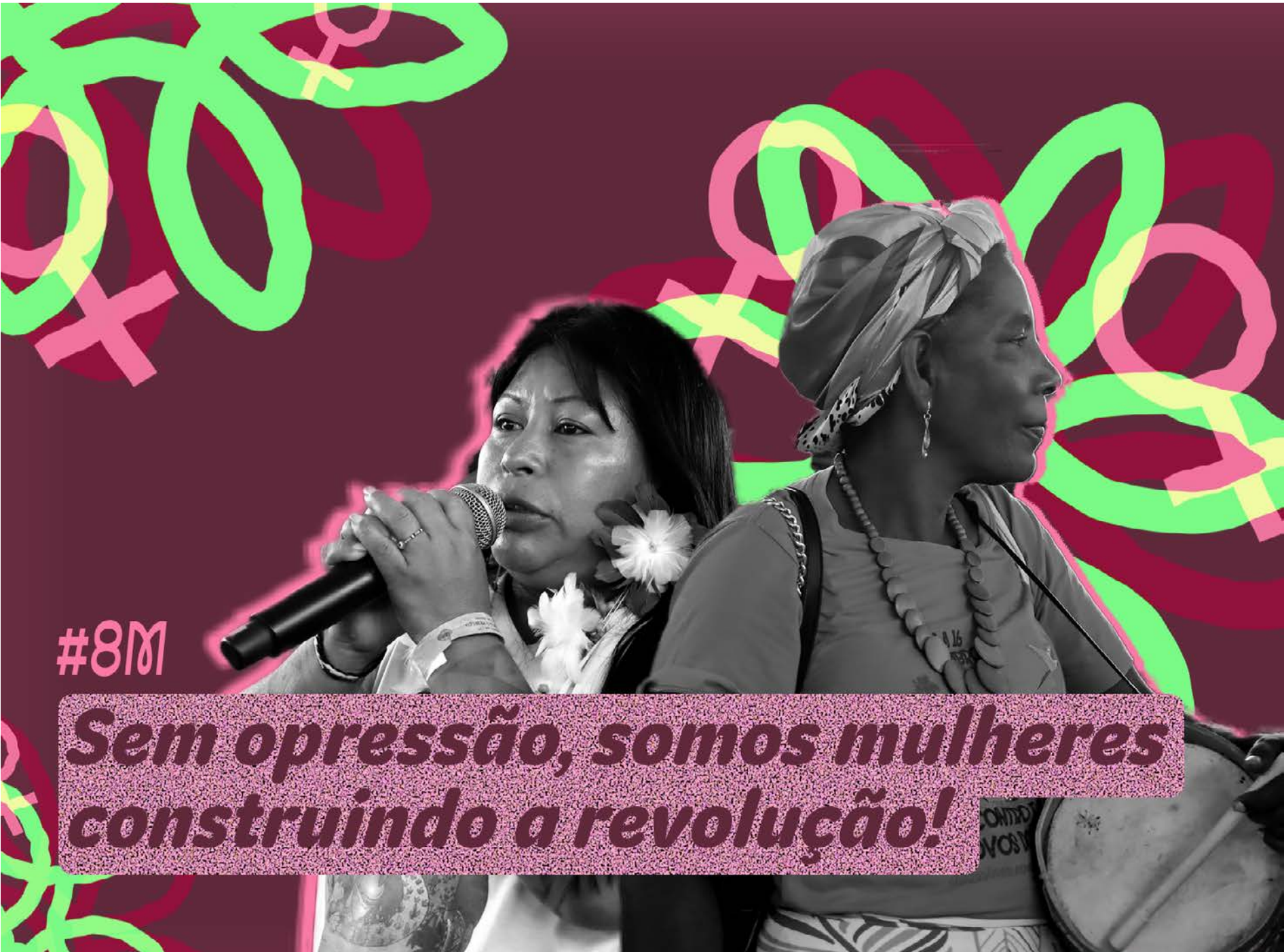
É uma Romaria já tradicional no Rio Grande do Sul, pela especificidade da data. É organizada pela CPT-RS junto às comunidades, paróquias, diocese, movimentos e organizações do território escolhido para sua realização.

São experiências de Romper Cercas, porque realizam os enfrentamentos necessários no campo da ecologia integral, direitos dos agricultores e continuidade do caminho para Reforma Agrária. E também de Tecer Teias, porque são construídas pela coletividade dos movimentos sociais do campo e das pastorais sociais gaúchas, sendo um marco da caminhada de fé de muitas pessoas de nosso território.

Para a CPT do Rio Grande do Sul, este é o principal projeto que une forças no início do ano e orienta as ações de nossos agentes durante o ano seguinte. Ela ocorre sempre em sintonia com o tema e lema da Campanha da Fraternidade.

**experiências descritas na integra no “Caderno de Experiências”, utilizado nas tendas do V Congresso Nacional da CPT.*

GALERIA



Contribua com o trabalho da CPT, assine o Jornal Pastoral da Terra!

Assinatura Anual: R\$ 30,00 | Solidária: R\$ 50,00 | Exterior: US\$ 20,00

Dados para Depósito ou Transferência:

Comissão Pastoral da Terra
Caixa Econômica Federal
Agência 2234
Conta 578974105-0

Iban BR49 0036 0305 0223 4578 9741
050C 1 | SWIFT CEFXBRSP
Pix/CNPJ: 02.375.913/0001-18

Envie seu comprovante, endereço para
envio do jornal, dúvidas e sugestões para:

E-mail:

sustentabilidade@cptnacional.org.br

WhatsApp:

(62) 99268.6837

CHEGA DE
ESCRavidAO
.ORG.BR



Comissão Pastoral da Terra

Correios

Impresso
Pode ser aberto pela ECT

Secretaria Nacional:
Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel,
1º andar, Centro. CEP
74.030-090 - Goiânia-GO

Impresso

Via Aérea